



Estado de Sergipe
PODER EXECUTIVO
Prefeitura Municipal de NEÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

LEI MUNICIPAL Nº 1043/2019

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2020 e dá providências correlatas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NEÓPOLIS, SERGIPE,

Faço saber que a Câmara Municipal de NEÓPOLIS/SE aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Em atendimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas normas estabelecidas pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e suas alterações, ao disposto no Estatuto das Cidades e na Lei Orgânica deste Município, ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de NEÓPOLIS/SE para o exercício de 2020, compreendendo:

- I - as diretrizes, objetivos e metas da administração;
- II - as diretrizes para a estrutura, organização e execução do Orçamento Anual;
- III - as diretrizes com as metas e riscos fiscais;
- IV - as diretrizes com despesas de caráter continuado;
- V - as diretrizes sobre legislação tributária;
- VI - as diretrizes para a dívida pública municipal;
- VII - as diretrizes para transparência pública;
- VIII - as diretrizes gerais.

CAPÍTULO I DAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º Os valores constantes nos Anexos desta Lei possuem caráter indicativo e não normativo.

Parágrafo único. Quando da elaboração do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2020, a estimativa de receita e a fixação de despesa poderão ser revistas em decorrência de mudanças nos cenários econômicos local e nacional, ficando automaticamente revistas as metas fiscais estabelecidas nesta Lei, em conformidade com os valores previstos e fixados na lei orçamentária de 2020.

Art. 3º As prioridades, os programas, objetivos e metas para o exercício de 2020, serão estabelecidos na lei orçamentária em consonância com os Programas do Plano Plurianual 2018/2021.



Estado de Sergipe
PODER EXECUTIVO
Prefeitura Municipal de NEÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

Art. 4º A lei orçamentária destinará recursos para a operacionalização dos objetivos e metas com salvaguarda de créditos orçamentários as ações de caráter continuado, principalmente com:

- I - provisão dos gastos com pessoal e encargos sociais dos Poderes Executivo e Legislativo;
- II - compromissos relativos ao serviço da dívida pública;
- III - despesas indispensáveis ao custeio de manutenção da administração municipal;
- IV - garantia de recursos para educação, saúde e assistência social;
- V - conservação e manutenção do patrimônio público.

Art. 5º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2020 será dada maior prevalência:

- I - ao aperfeiçoamento da gestão pública;
- II - ao desenvolvimento sustentável;
- III - à alavancagem do crescimento urbano e rural;
- IV - à fomentação do desporto comunitário, às manifestações culturais e de lazer;
- V - à educação universal e de excelência;
- VI - às políticas de assistência social com destaques a grupos vulneráveis;
- VII - ao fortalecimento do sistema único de saúde;
- VIII - à gestão jurídica e defesa do município.

CAPÍTULO II
DIRETRIZES PARA ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL

Seção I
Da Apresentação do Orçamento

Art. 6º O Orçamento Fiscal e o da Seguridade Social terá sua despesa discriminada por:

- I - Unidade Orçamentária;
- II - Função;
- III - Subfunção;
- IV - Programa;
- V - Projeto, Atividade ou Operação Especial;
- VI - Categoria de Despesa;
- VII - Grupo de Despesa;
- VIII - Modalidade de Despesa.



Estado de Sergipe
PODER EXECUTIVO
Prefeitura Municipal de NEÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

§ 1º Os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade e operação especial são aqueles definidos na Portaria nº 42 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999, e em suas alterações.

§ 2º Os conceitos e códigos de categoria econômica, grupo de despesa e modalidade de aplicação são aqueles dispostos na Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04 de maio de 2001, e suas alterações.

§ 3º Após a sanção da lei orçamentária, os Poderes Executivo e Legislativo publicarão o QDD - Quadro de Detalhamento de Despesa, fazendo a discriminação da despesa até o nível de elemento de despesa ou, quando necessário, subelemento.

§ 4º Em uma mesma ação, fica autorizada durante a execução orçamentária a criação de elementos de despesa desde que na mesma categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação já existente.

§ 5º Poderão ser incluídas, por Decreto, novas ações ou novos elementos de despesas em ações já consignadas no orçamento, desde que sejam para cadastrar, solicitar, assinar ou executar convênios, ou ainda, para adequar o orçamento aos programas cujos recursos provenientes do Governo Federal e/ou Estadual, bem como, suas contrapartidas.

§ 6º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar os anexos da lei orçamentária no caso de ocorrerem modificações na estrutura administrativa do Município autorizadas pelo Poder Legislativo, até o limite dos créditos autorizados para cada Secretaria na lei orçamentária de 2020.

Art. 7º Os Fundos e Autarquias constituídos para o cumprimento de programas específicos terão os recursos orçamentários vinculados à administração direta, mantida a identificação como Unidade Orçamentária.

Parágrafo único. A execução orçamentária e a contabilidade dos Fundos e Autarquias serão processadas de forma independente, mas integrada ao Executivo para fins de consolidação das contas do Município.

Art. 8º O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Legislativo será constituído de:

- I - mensagem;
- II - texto do projeto de lei;



Estado de Sergipe
PODER EXECUTIVO
Prefeitura Municipal de NEÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

III - quadros orçamentários consolidados;

IV - demonstrativos, relatórios e anexos estabelecidos pela legislação vigente relativos aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Seção II

Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 9º O projeto de Lei Orçamentária deve ter as receitas e as despesas orçadas segundo os preços vigentes em junho de 2019, podendo ser atualizadas pela variação dos índices oficiais da inflação referente ao período de julho a dezembro de 2019.

Parágrafo único. As previsões de receita no projeto de Lei Orçamentária observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante.

Art. 10. A reserva de contingência, de que trata o inciso III, do art. 5º, da lei Complementar nº 101/2000, será fixada em até 0,5% (cinco décimos por cento) da receita corrente líquida, e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais abertos à sua conta destinados a atender a passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º Entende-se por passivos contingentes a probabilidade de que os eventos futuros e incertos possam acarretar a perda e/ou desvalorização de ativos, bem como, o surgimento de novos passivos;

§ 2º Caberá à administração pública avaliar as situações que poderão ensejar os passivos contingentes;

§ 3º Na hipótese de a administração pública avaliar que não há probabilidade de riscos de passivos contingentes, os recursos destinados a Reserva de Contingência poderão ser destinados à cobertura de créditos suplementares e especiais que necessitem ser abertos para reforço ou inclusão de dotações orçamentárias.

Art. 11. O poder Executivo elaborará e publicará, até trinta dias após a publicação da lei orçamentária, cronograma de desembolso mensal para o exercício, nos termos do art. 8º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, com vistas a manter a execução orçamentária o equilíbrio entre as contas e a regularidade das operações orçamentárias, bem como garantir o atingimento das metas de resultado primário e nominal.

§ 1º Entende-se por passivos contingentes a probabilidade de que os eventos futuros e incertos possam acarretar a perda e/ou desvalorização de ativos, bem como, o surgimento de novos passivos;

§ 2º Caberá à administração pública avaliar as situações que poderão ensejar os passivos contingentes;



Estado de Sergipe
PODER EXECUTIVO
Prefeitura Municipal de NEÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

Parágrafo único. Para fins de elaboração da programação Financeira e Cronograma de Desembolso do Poder Executivo, o Poder Legislativo em até dez dias da publicação da Lei Orçamentária, encaminhará ao Executivo a sua proposta parcial, para efeitos de integração.

Art. 12. Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000:

I - considera-se contraída a obrigação no momento da liquidação da despesa;

II - devem ser excluídas na apuração do disposto no "caput" as despesas decorrentes de convênios, programas e que se realizem independentemente da vontade do gestor, como pessoal, encargos sociais, energia elétrica, entre outras.

Seção III
Diretrizes Específicas para o Poder Legislativo

Art. 13. O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2020, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, os definidos pelo art. 29-A e incisos da Constituição Federal.

Art. 14. A execução orçamentária e a contabilidade do Legislativo serão processadas de forma independente, mas integrada ao Executivo para fins de consolidação das contas do Município.

Art. 15. A proposta orçamentária do Poder Legislativo deverá ser elaborada na forma de conteúdo estabelecidos nesta Lei, devendo ser encaminhada ao Poder Executivo, para fins de consolidação do Projeto de Lei do Orçamento Anual, até o dia 30 de junho de 2019.

Seção IV
Diretrizes para Novos Projetos

Art. 16. Além da observância das prioridades e metas que estão previstas no Plano Plurianual - PPA 2018 - 2021, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento com recursos necessários ao término ou a obtenção de uma unidade completa;

II - estiverem assegurados os recursos de manutenção do patrimônio público e, efetivamente, o Poder Público estiver adotando as medidas necessárias para tanto.



Estado de Sergipe
PODER EXECUTIVO
Prefeitura Municipal de NEÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

Parágrafo único. Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários e financeiros para o atendimento dos projetos em andamento e novos, bem como, se os recursos forem provenientes de convênios ou programas.

Seção V
Diretrizes para Consórcios Públicos

Art. 17. A Lei Orçamentária reservará recursos para a transferência financeira a consórcios públicos em que o Município figure como ente consorciado, em conformidade com o respectivo contrato de rateio, observadas as disposições da Lei Federal nº 11.107, de 06/04/2005.

Seção VI
Diretrizes para Parcerias Público-Privadas

Art. 18. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar contratos de parcerias público-privadas, nos termos da Lei Federal nº 11.079, de 30 de novembro de 2004, e suas alterações, para a execução de projetos prioritários definidos pelo Governo.

Seção VII
Diretrizes para Transferências Voluntárias

Art. 19. A Lei Orçamentária para o exercício de 2020 conterá previsão de contrapartida de transferências voluntárias a serem recebidas, em conformidade com o percentual proposto em projetos de captação de recursos encaminhados a órgãos e entidades da União, Estados e entidades não governamentais.

Art. 20. Firmado o instrumento de transferência voluntária, fica autorizada a suplementação das dotações necessárias à sua execução, tendo como limite o valor do repasse financeiro pactuado e da contrapartida, não devendo este valor ser considerado no limite para abertura de créditos adicionais que será autorizado na Lei Orçamentária de 2020.

Art. 21. Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou congêneres, com a União e/ou Estados, com vistas:

- I - ao funcionamento dos serviços de segurança pública;
- II - a possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;



Estado de Sergipe
PODER EXECUTIVO
Prefeitura Municipal de NEÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

III - a utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado e/ou União;

IV - a cessão de servidores para o Poder Judiciário ou para a Junta Militar;

V - ao desenvolvimento de programas prioritários nas áreas de educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, habitação e outras de relevante interesse público, com ou sem ônus para o Município.

Seção VIII
Diretrizes para o Setor Privado

Art. 22. As transferências de recursos orçamentários a instituições privadas sem fins lucrativos devem obedecer às disposições pertinentes contidas no art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, sendo:

I - Subvenções Sociais - as destinadas a despesas correntes de instituições privadas sem fins lucrativos, prestadoras de serviços de assistência social, médica, educacional e cultural, de natureza continuada, regidas pelo que estabelecem os arts. 16 e 17, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - Contribuições - as destinadas a despesas correntes das demais instituições privadas sem fins lucrativos, que não as enquadradas no inciso I deste artigo, firmadas em parcerias com a administração pública municipal para o desenvolvimento de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual;

III - Auxílios - as destinadas a despesas de capital de instituições privadas sem fins lucrativos, compreendendo tanto as entidades referidas no inciso I, quanto às mencionadas no inciso II, deste artigo.

Art. 23. Somente será autorizada a inclusão, tanto na lei orçamentária quanto em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, auxílios ou contribuições a entidades privadas sem fins lucrativos, se observadas as seguintes condições:

I - sejam entidades privadas de atendimento direto ao público, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, esportes, turismo, meio ambiente, de fomento à produção e à geração de emprego e renda;

II - encaminhamento pela entidade de requerimento para pedido de recursos acompanhado de Plano de Aplicação;

III - a entidade deve estar com seu cadastro atualizado no Município.



Estado de Sergipe
PODER EXECUTIVO
Prefeitura Municipal de NEÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

§ 1º Ocorrendo o deferimento do pleito por parte do Poder Executivo, este providenciará o encaminhamento de Projeto de Lei Legislativo, nos termos previstos no art. 26, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 2º As entidades privadas beneficiadas, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam recursos.

§ 3º Os repasses de recursos de que trata este artigo serão efetivados mediante convênios, conforme determina o artigo 116 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 4º É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

Art. 24. O Poder Executivo Municipal poderá atender as necessidades de pessoas físicas através de programas instituídos nas áreas de assistência social, saúde, agricultura, cultura, desporto, turismo, educação e outras áreas de atuação, desde que tais programas estejam devidamente regulamentados.

Art. 25. Desde que comprovado o interesse público, poderão ser concedidas premiações a pessoas físicas que participem de concursos, gincanas, atividades esportivas e culturais e outras festividades incentivadas e/ou promovidas pelo Poder Público Municipal.

Art. 26. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar, diretamente, despesas de custeio para a manutenção dos caixas escolares da rede pública municipal de ensino e dos Conselhos Municipais.

Art. 27. Os Poderes Executivo e Legislativo ficam autorizados a firmar convênios de cooperação técnica com entidades privadas voltadas para a defesa do municipalismo e da preservação da autonomia municipal.

Seção IX

Diretrizes para Créditos Adicionais

Art. 28. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com a classificação da estrutura programática da mesma forma que apresentado na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. Os créditos adicionais especiais e extraordinários, se abertos nos últimos quatro meses do exercício financeiro de 2019, poderão ser reabertos pelos seus saldos, no exercício a que se refere esta Lei.



Estado de Sergipe
PODER EXECUTIVO
Prefeitura Municipal de NEÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

Seção X
Diretrizes para Transposição, Remanejamento e Transferência

Art. 29. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar transposição, remanejamento e transferências de dotações orçamentárias.

§ 1º A transposição, remanejamento e transferência são instrumentos de flexibilização orçamentária, diferenciando-se dos créditos adicionais que têm a função de corrigir desvios de planejamento.

§ 2º Para efeitos desta Lei entende-se como:

I - transposição, a realocação de recursos que ocorre entre programas de governo, dentro do mesmo órgão, ampliando, desta forma, um programa previsto na lei orçamentária com recursos de outro também nela previsto;

II - remanejamento, o deslocamento de créditos e dotações relativos à extinção, desdobramento, criação ou incorporação de unidades orçamentárias na estrutura organizacional do Município, ainda, de créditos ou valores de dotações relativas a servidores que haja alteração de lotação durante o exercício;

III - transferência, a realocação de recursos que ocorre dentro do mesmo órgão num mesmo programa de governo, mantendo-se o programa em funcionamento.

CAPÍTULO III
DIRETRIZES COM AS METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 30. Integram esta Lei os Anexos referenciados nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 1º A elaboração do Projeto de Lei e a execução da Lei Orçamentária Anual para 2020 deverão levar em conta as metas de resultado primário e nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

§ 2º O Anexo de Prioridades e Metas será encaminhado junto com o Projeto de Lei Orçamentária de 2020.

Art. 31. Estão discriminados em anexo integrante desta Lei, os Riscos Fiscais, onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.



Estado de Sergipe
PODER EXECUTIVO
Prefeitura Municipal de NEÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

Art. 32. Caso necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para o cumprimento do disposto no art. 9º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, visando atingir as metas fiscais previstas nos anexos desta lei, esta será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "Outras Despesas Correntes" e "Investimentos" de cada Poder.

§ 1º Não serão objetos de limitação de empenho as despesas com Educação, Saúde, Assistência Social e outras que constituam obrigações constitucionais e legais.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput*, o Poder Executivo comunicará ao Legislativo, até o vigésimo dia do mês subsequente ao final do bimestre, acompanhado dos parâmetros adotados e das estimativas de receita e despesas, o montante que caberá a cada um na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 3º O Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato, até o final do mês em que ocorreu a comunicação, estabelecendo os montantes a serem limitados de empenho e movimentação financeira.

§ 4º Cessada a causa da limitação referida neste artigo, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados serão de forma proporcional às reduções efetivadas.

CAPÍTULO IV
DIRETRIZES COM DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO

Art. 33. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, observará o disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, considerando-se despesa irrelevante, para fins de aplicação do referido dispositivo:

- I - as despesas cujo valor não ultrapasse a 3% (três por cento) da despesa total fixada;
- II - as despesas decorrentes de obrigações legais ou constitucionais;
- III - as despesas com Saúde, Educação ou Assistência Social;
- IV - as despesas decorrentes de programas, contratos ou convênios.

Art. 34. Para os efeitos dessa lei, entende-se como despesa total com pessoal aquela definida no art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 35. Os Poderes Executivo e Legislativo terão como limite na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento calculada de acordo



Estado de Sergipe
PODER EXECUTIVO
Prefeitura Municipal de NEÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

com a situação vigente em junho de 2019, projetada para o exercício de 2020, considerando os eventuais acréscimos legais, ficando autorizada a suplementação das dotações necessárias à sua execução e dos encargos sociais, não devendo esse valor ser considerado no limite para abertura de créditos adicionais que será autorizado na Lei Orçamentária de 2020.

Art. 36. Para fins de atendimento ao disposto no § 1º, inciso II, do art. 169 da Constituição Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, inclusive a realização de concursos públicos para provimento de cargos, observadas as condições e os critérios estabelecidos em leis específicas para cada situação.

Art. 37. Na lei orçamentária do exercício de 2020, as despesas com pessoal e encargos sociais devem estar de acordo com os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. Na apuração prevista no "caput", deverão ser considerados exclusivamente os limites definidos no inciso III, do art. 19 da Lei Complementar nº 101.

CAPÍTULO V DIRETRIZES SOBRE LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 38. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício tributário só serão aprovados se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 39. Para efeito do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000, não será considerada como renúncia de receita:

- I - a não retenção de encargos sociais;
- II - a não retenção de tributos municipais e de Imposto de Renda, que posteriormente venham a ser recolhidos diretamente pelo contribuinte;
- III - a não retenção de tributos municipais, que não tendo sido pagos pelo contribuinte posteriormente, desde que venham a ser inscritos na dívida ativa;
- IV - a previsão feita a maior de receita na elaboração da proposta orçamentária.

Art. 40. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.



Estado de Sergipe
PODER EXECUTIVO
Prefeitura Municipal de NEÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

CAPÍTULO VI DIRETRIZES PARA À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 41. Todas as despesas relativas à dívida pública municipal, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, contarão de Lei Orçamentária anual.

Art. 42. As operações de crédito serão autorizadas por lei específica.

Art. 43. A lei orçamentária anual conterà autorização para a realização de operação de crédito por antecipação da receita, obedecidas as determinações estabelecidas em resolução do Senado Federal.

Art. 44. As despesas com amortização, juros e outros encargos da Dívida Pública, deverão considerar apenas as operações contratadas ou amortizações concedidas até a data do encaminhamento do Projeto de Lei do Orçamento Anual à Câmara Municipal.

Art. 45. O pagamento de precatórios judiciais será efetuado em categoria de programação específica, incluída na Lei Orçamentária para esta finalidade.

CAPÍTULO VII DIRETRIZES PARA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Art. 46. Os Poderes Executivo e Legislativo devem dar ampla divulgação, inclusive em sítios da internet, de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas as receitas e despesas públicas.

Art. 47. O Projeto de Lei Orçamentária não deverá ser aprovado sem que tenha sido realizada audiência pública, garantindo a participação do cidadão no debate da definição das prioridades, em atendimento a Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 48. Os Poderes Executivo e Legislativo garantirão aos cidadãos os procedimentos necessários para o acesso à informação, conforme determinado pela Lei Federal nº 15.527, de 18 de novembro de 2011.



Estado de Sergipe
PODER EXECUTIVO
Prefeitura Municipal de NEÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

CAPÍTULO VIII DIRETRIZES GERAIS

Art. 49. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal até o dia 30 de setembro de 2019, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento da sessão legislativa anual.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no *caput* deste artigo.

§ 2º Se o Projeto de Lei Orçamentária anual não for sancionado até 31 de dezembro de 2019, fica o Executivo Municipal autorizado a executar Lei Orçamentária de 2019, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 50. Serão consideradas legais as despesas com multas, juros e outros acréscimos decorrentes de eventual atraso no pagamento de compromissos por insuficiência de caixa e/ou necessidade de priorização do pagamento de despesas imprescindíveis ao pleno funcionamento das atividades administrativas essenciais.

Art. 51. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual enquanto não iniciada a sua votação.

Art. 52. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar contratos de parcelamentos com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Caixa Econômica Federal, concessionárias e permissionárias de serviços públicos.

Art. 53. Fica autorizado o pagamento de diárias aos Conselheiros Municipais, nas mesmas condições de direito dos servidores efetivos.

Art. 54. Na apreciação pelo Poder Legislativo do projeto de Lei Orçamentária Anual, as emendas serão apresentadas na forma das disposições constitucionais e conforme estabelecido na Lei Orgânica do Município, serão acompanhadas de exposição de motivos que as justifiquem, e, somente poderão ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:

a) dotação para pessoal e seus encargos;




Estado de Sergipe
PODER EXECUTIVO
Prefeitura Municipal de NEÓPOLIS
Gabinete do Prefeito

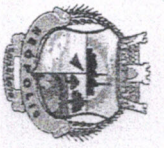
- b) serviço da dívida;
- c) dotações destinadas a Educação, Saúde e Assistência Social;
- d) ações que possuam recursos de transferências voluntárias ou programas dos Governos Estadual e/ou Federal.

Art. 55. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 56. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Neópolis (SE), 26 de junho de 2019


CÉLIO LEMOS BEZERRA
Prefeito Municipal



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NEÓPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2020

AMF - DEMONSTRATIVO I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2020			2021			2022		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita total	47.000.000	44.885.000	0,096	49.585.000	48.692.470	0,098	52.064.250	51.075.029	0,098
Receitas Primárias (I)	46.196.300	44.117.467	0,096	48.737.097	47.859.829	0,098	51.173.951	50.201.646	0,098
Despesa Total	47.000.000	44.885.000	0,096	49.585.000	48.692.470	0,098	52.064.250	51.075.029	0,098
Despesas Primárias (II)	47.000.000	44.885.000	0,096	49.585.000	48.692.470	0,098	52.064.250	51.075.029	0,098
Resultado Primário (III)	- 803.700	- 767.534	0,096	- 847.904	- 822.466	0,097	- 890.299	- 873.383	0,098
Resultado Nominal	12.000.000	11.460.000	0,096	12.660.000	12.432.120	0,098	13.293.000	13.040.433	0,098
Dív. Pública Consolidada	20.000.000	19.100.000	0,096	21.100.000	20.720.200	0,098	22.155.000	21.734.055	0,098
Dív. Consolidada Líquida	26.196.300	25.017.467	0,096	27.637.097	27.139.629	0,098	29.018.951	28.467.591	0,098
FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL									
VARIÁVEIS									
PIB real (crescimento em %)	2020			2021			2022		
	1,71%			1,79%			1,90%		
Inflação Média (%annual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,50%			5,50%			5,00%		
Projeção do PIB do Estado (em R\$ 1.000,00)	35.038.500			37.316.000			38.062.320		

Nota: Cálculo de Metas for realizado considerando o cenário macroeconômico.

Célio Lemos Bezerra
Prefeito



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NEOPOLIS


LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
METAS ANUAIS
2020

AMF - DEMONSTRATIVO I (LRF, art. 4º, § 2º, Inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas para 2018 (a)	% PIB	Metas Realizadas para 2018 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	(c/a) x 100
Receita total	42.000.000	0,120%	44.035.331	0,123%	2.035.331	
Receitas Primárias (I)	41.773.950	0,119%	43.932.310	0,123%	2.158.360	6,05
Despesa Total	42.000.000	0,120%	41.971.096	0,118%	28.904	-0,08
Despesas Primárias (II)	41.256.331	0,118%	39.315.682	0,110%	1.940.649	-5,44
Resultado Primário (III)	517.619	0,001%	4.616.628	0,013%	4.099.009	11,49
Resultado Nominal	21.256.331	0,061%	11.979.295	0,034%	9.277.036	-26,01
Div. Pública Consolidada	20.000.000	0,057%	19.825.676	0,056%	174.324	-0,49
Div. Consolidada Líquida	20.517.619	0,059%	14.610.670	0,041%	5.906.949	-16,56

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL


Célio Leiros Bezerra
Prefeito Municipal



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NEÓPOLIS

ANEXO DAS METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIO ANTERIORES
2020

AMF - Demonstrativo III (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

R\$ milh R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	
Receita Total	38.221.979	36.260.540	9,49	44.035.331	21,44	45.000.000	2,19	47.000.000	4,44	49.585.000	5,50	
Receitas Primárias (I)	37.770.361	36.017.150	9,54	43.932.310	21,98	44.922.000	2,25	46.196.300	2,84	48.737.097	5,50	
Despesa total	38.749.875	40.392.748	10,42	40.332.211	-0,15	45.000.000	11,57	47.000.000	4,44	49.585.000	5,50	
Despesas Primárias (II)	38.428.113	39.472.743	10,27	39.315.682	-0,40	44.999.900	14,46	46.999.750	4,44	49.584.736	5,50	
Resultado Primário (III)=(I-II)	97.000	3.455.593	356,25	4.616.628	-233,60	77.900	-101,69	803.450	-931,39	847.640	5,50	
Resultado Nominal	-	12.555.947		11.979.295	-4,59	11.440.227	-4,50	10.811.015	-5,50	11.405.620	5,50	
Dívida Pública Consolidada	511.993	19.825.676	387,23	19.828.676	0,02	18.936.386		17.894.884	-5,50	18.879.103	5,50	
Dívida Consolidada Líquida	3.394.451	12.882.420	-37,95	14.610.670	13,42	13.953.190	-4,50	13.185.764	-5,50	13.910.981	5,50	
VALORES A PREÇOS CONSTANTES												
ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	
Receita Total	35.963.473	35.224.927	9,79	42.139.073	19,63	43.062.201	2,19	44.976.077	4,44	47.000.000	4,50	
Receitas Primárias (I)	35.538.541	34.988.489	9,85	42.040.488	20,16	42.987.560	2,25	44.206.986	2,84	46.196.300	4,50	
Despesa total	36.460.176	39.239.118	10,76	38.595.417	-1,64	43.062.201	11,57	44.976.077	4,44	47.000.000	4,50	
Despesas Primárias (II)	36.157.426	38.345.389	10,61	37.622.662	-1,88	43.062.105	14,46	44.975.837	4,44	46.999.750	4,50	
Resultado Primário (III)=(I-II)	618.886	3.356.900	54,24	4.417.825	-231,60	74.545	-101,69	768.852	-931,39	803.450	4,50	
Resultado Nominal	-	12.197.345		11.463.441	-6,02	10.947.586	-4,50	10.345.468	-5,50	10.811.015	4,50	
Dívida Pública Consolidada	481.740	19.259.448	399,79	18.974.810	-1,48	18.120.943		17.124.291	-5,50	17.894.884	4,50	
Dívida Consolidada Líquida	3.193.876	12.514.493	-39,18	13.981.502	11,72	13.352.335	-4,50	12.617.956	-5,50	13.185.764	4,50	

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes					
Índices de Inflação					
2016	2017	2018	2019	2020	2021
6,28%	2,94%	4,5%	4,5%	4,50%	5,50%

Célio Lemos Bezerra
Prefeito Municipal



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NEÓPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2020


AMF - Demonstrativo IV (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

	2018	%	2017	%	2016	%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Patrimônio /Capital	0	0	0	0	0	0
Reservas	0	0	0	0	0	0
Resultado Acumulado	-	0	-	0	-	0
TOTAL	-	0	-	0	-	0

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
	2018	%	2017	%	2016	%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Patrimônio	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Reservas						
Lucros ou Prejuízos Acumulados						
TOTAL	0	0,00	0	0,00	0	0,00

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL


Célio Lenhos Bezerra
Prefeito Municipal



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NEÓPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2020

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS		2018	2017	2016
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)				
RECEITAS CORRENTES				
Receita de contribuições dos Segurados				
Pessoal Civil				
Pessoal Militar				
Outras Receitas de Contribuições				
Receita Patrimonial				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes				
Compensação Previdenciária do RGPS para RPPS				
Outras Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)				
RECEITAS CORRENTES				
Receita de Contribuições				
Pessoal Civil				
Pessoal Militar				
Cobertura de Déficit Atuarial				
Regime de Débitos e Parcelamentos				
Receita Patrimonial				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL				
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)				
DESPESAS		2018	2017	2016
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				
ADMINISTRAÇÃO				
Despesas Correntes				
Despesas de Capital				
PREVIDENCIA				
Pessoal Civil				
Pessoal Militar				
Outras Despesas Previdenciárias				
Compensação Previdenciária do RGPS para RGPS				
Demais Despesas Previdenciárias				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(V)				
ADMINISTRAÇÃO				
Despesas Correntes				
Despesas de Capital				
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)				
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)				
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA DO SERVIDOR		2018	2017	2016
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS				
Plano Financeiro				
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras				
Recursos para Formação de Reserva				
Outros Aportes para o RPPS				
Plano Previdenciário				
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro				
Recurso para Cobertura de Déficit Atuarial				
Outros Aportes para o RPPS				
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
BENS E DIREITOS DO RPPS				
FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL				

MUNICÍPIO NÃO POSSUI REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL

MUNICÍPIO NÃO POSSUI REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL

MUNICÍPIO NÃO POSSUI REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES
2019

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ milhares

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(d Exercício anterior)+(c)
-----------	------------------------------	------------------------------	--------------------------------------	--

MUNICÍPIO NÃO POSSUI REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL

Célio Lemos Bezerra
Prefeito Municipal



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NEÓPOLIS


LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2020

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA			COMPENSAÇÃO
			PREVISTA	2020	2021	

NÃO HÁ PREVISÃO DE RENÚNCIA DE RECEITA NO PERÍODO

TOTAL


Célio Lemos Bezerra
Prefeito Municipal




ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NEÓPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2020

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)	R\$ milhares
EVENTOS	Valor Previsto para 2020
Aumento Permanente da Receita	898.700
(-) Transferências Constitucionais	179.740
(-) Transferências ao FUNDEB	718.960
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	-
Redução Permanente de Despesa (II)	718.960
Margem Bruta (III) = (I-II)	-
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	-
Novas DOCC	-
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	718.960

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL


Célio Lemos Bezeira
Prefeito Municipal




ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NEÓPOLIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS - 2020

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

RISCOS FISCAIS	PROVIDÊNCIAS A ADOTAR
DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO
<ul style="list-style-type: none">• Frustração de arrecadação , especialmente do ICMS e FPM	<ul style="list-style-type: none">•continuidade na recuperação de créditos tributários•reprogramação das despesas
<ul style="list-style-type: none">•inadimplencia de créditos tributários	<ul style="list-style-type: none">•redução nos investimentos
<ul style="list-style-type: none">•fatos novos que alterem a economia	<ul style="list-style-type: none">•reprogramação das despesas
<ul style="list-style-type: none">•Imprevistos Fiscais	<ul style="list-style-type: none">•Caso venha a ocorrer, disporemos da dotação alocada no orçamento para Reserva de Contingência, será orçada em até 0,5% da Receita Corrente Líquida prevista para 2020.
<ul style="list-style-type: none">•Sentenças Judiciais	<ul style="list-style-type: none">•Caso venha a ocorrer, disporemos da dotação alocada no orçamento para Reserva de Contingência, será orçada em até 0,5% da Receita Corrente Líquida prevista para 2020.


Clelio Lemes Bezerra
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUN. DE NEOPOLIS
PRAÇA MONSENHOR JOSÉ MORENO DE SANTAN Nº: 106, Bairro 49980000
CEP: 49.980-000 NEOPOLIS/SE
13111679000138

PROTOCOLO DO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PELO PRESENTE DOCUMENTO O USUÁRIO VEM A CONFIRMAR A INCLUSÃO DE UM NOVO DOCUMENTO E SE COMPROMETE COM AS INFORMAÇÕES AQUI PRESTADAS E A SEREM PUBLICADAS NO DIÁRIO OFICIAL DESTE ORGÃO NA DATA DE PUBLICAÇÃO ABAIXO:

COD. PUBLICAÇÃO		ENTIDADE
1782		
GRUPO	SUB-GRUPO	
LEI	LEI MUNICIPAL	
DOCUMENTO	DATA DA PUBLICAÇÃO	
lei municipal nº 1043/2019	26/06/2019	
RESUMO		
DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2020 E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.		

DATA	PUBLICADO POR
05/03/2020	arthur joaf de andrade lima dos santos